

COMUNIDADES PISCATÓRIAS: DO LEGADO DA ARQUITETURA POPULAR ÀS ESTRATÉGIAS HABITACIONAIS NO PERÍODO DO ESTADO NOVO

PATRÍCIA SOFIA PINTO DE SÁ GASPAR SILVA
RUI JORGE GARCIA RAMOS

Centro de Estudos de Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura Universidade do Porto

O presente artigo questiona o relacionamento entre a arquitetura popular das comunidades de pescadores e os bairros construídos para este grupo social no período do Estado Novo.

Através do estudo da passagem de construções precárias para construções permanentes espera reunir-se informação indispensável para a interpretação da transformação dos modos de habitar desta comunidade. Esta observação permite identificar aspetos problemáticos, quer na possibilidade de alteração das condições de vida, quer na intrusão entre a habitação popular e a habitação programada. Tratam-se de situações ambíguas e contraditórias exploradas, direta ou indiretamente, pela reorganização política dessas comunidades e pela intervenção estatal sobre

o habitar com a edificação de Bairros de Pescadores.

A literatura sobre as primeiras comunidades piscatórias identifica características comuns como a disposição dos aglomerados e formas de associação das casas, os diferentes tipos de construção ou o uso materiais específicos. Além disto, a observação de aspetos intrínsecos da sua história revelam-nos a família, a comunidade, a terra e o mar onde se situam, tecendo uma identidade baseada no fator comum do trabalho. Assim, as construções populares são o testemunho da adequação às condições socioculturais e geofísicas, particulares e comuns, de cada local. Mas a sua expressão construtiva singela, simultaneamente complexa e banal, exemplo de um sistema derivado diretamente de uma prática piscatória e de uma prática de viver em con-



1 - Palheiros em Espinho, 1840.



2 - Bairro da JCCP da Nazaré.



3 - Vareiros do Furadouro

junto, não deve impedir a reflexão sobre a casa como um dispositivo espacial em si, determinado em obter uma habitação e uma forma de habitar.

O uso dos espaços nas comunidades piscatórias deriva diretamente do uso comunitário dos recursos naturais subjacentes à captura de pescado. O pescador na sua solidão não é um trabalhador que pode prescindir dos companheiros de ofício. Se o trabalho é organizado desta forma, de forma semelhante a vida é organizada em comunidade. Estas comunidades vão traduzir-se em assentamentos territoriais, que se multiplicam e amarram ao longo da costa, em estruturas construtivas sucessivamente de maior duração, tradução de cooperação face à carência de meios e dureza da faina. As primeiras construções dos pescadores estavam, desta forma, estreitamente relacionadas com a condição da faina e resultavam da necessidade de abrigo, em primeiro lugar, dos próprios pescadores e suas artes e, posteriormente, das suas famílias.¹

Relata-se que o vareiro, pescador da zona de Aveiro, percorria a costa em busca de um pesqueiro mais favorável, abrigava-se inicialmente na praia debaixo dos barcos, e regressava a casa de família no fim da semana. A reutilização da madeira que dava à costa terá possibilitado a construção de casas-abrigo elementares, de formas simples, quadrangulares, cobertas com ramagem das árvores. Também os agricultores-pescadores, da região do Sado, que migravam para vários pontos do país na busca de trabalho sazonal, fixavam as suas construções com materiais precários. Alguns acabavam por aproveitar o trabalho disponibilizado nas herdades e não voltavam às suas origens, arrendavam terras e construíam outras edificações.

Os palheiros propagaram-se ao longo da costa, de Espinho a Vieira de Leiria. Na sua expressão mais elementar tinham, antes de mais, a função de abrigo e proteção contra os efeitos indesejáveis do clima, longe de qualquer preocupações de conforto, higiene ou separação funcional



4 - Areal do Furadoiro

do trabalho, tal como hoje se aceita. A simplicidade proporcionava por um lado, uma maior rapidez de execução e manutenção e por outro lado, não exigia grandes recursos de matéria-prima ou de mão-de-obra. O resultado permitia uma óbvia economia, essencial num sistema de escassez de tudo e baseado na sobrevivência.²

As primitivas edificações de pescadores, ao serem consequência de opções de pessoas com interesses comuns, agindo como indivíduos e parte de famílias-comunidades, distinguem-se das representações da cultura popular das regiões onde se localizam. Tal poderá resultar do facto de estas famílias-comunidades serem constituídas por indivíduos com origens distintas, não tendo na sua base qualquer outra tradição além da pesca e da sua arte. O que deve ser atendido como outra forma de manifestação identitária, vinculada pela afirmação e pela ampliação das suas especificidades e comportamentos. Isto acontece através quer de fatores dissidentes (relativamente à localidade onde se situavam), como as migrações e a ocupação sazonal a que estava sujeita a sua vida, quer de fatores consonantes (relativamente às comunidades que habitavam os areais), como a semelhança dos locais de implantação ao longo da costa, a escassez dos meios e os materiais disponíveis. Tudo aponta para um resposta comum a condições de vida

¹ SOUTO, Henrique. Comunidades de Pesca Artesanal em Portugal

² SOUTO, Henrique. Comunidades de Pesca Artesanal em Portugal



5 - Época balnear em Esmoriz, 1907



6 - Palheiro em Esmoriz, 1914



7 - Espinho, destruição em 1891



8 - Bairro da Rainha em Espinho



comuns através de construções muito semelhantes na forma da cobertura, na área utilizável, na dimensão e número dos vãos, o que responde também a uma necessidade de proteção à exposição ao clima e ao mar.

É já no início do século XX, com o desenvolvimento do turismo no litoral, que a apropriação dos palheiros dos pescadores como alojamento canónico, começa a deixar marcas do que pode chamar-se uma caracterização regional e iminentemente pitoresca. É nessa fase que as construções no areal se metamorfoseiam como produto do folclore local, proporcionando caracterizações, formais e decorativas, distintas ao longo da costa.

A entrada da burguesia na praia vem revelar também as condições precárias da vida dos pescadores. A sua existência dissoluta e no limiar da sobrevivência, face à moral burguesa, provoca a atenção pública para esta classe considerada carente de assistência individual, familiar e profis-

sional. São vários os exemplos destas ações assistencialistas.

A rainha D. Maria Pia, após uma visita à praia de Espinho em 1891, onde observou a destruição causada pelos avanços do mar sob a povoação, mandou erguer 36 casas com os fundos do "Cofre dos Inundados". Este bairro para pescadores ficou concluído em 1896, a Sul de Espinho, mas em 1925 foi igualmente destruído por um ciclone.

Ou em Esmoriz, após o temporal de 1941, as autoridades marítimas (re) construíram um bairro para pescadores utilizando técnicas primitivas, com uma implantação de palheiros dispostos lado a lado ao longo do areal.

A história destas edificações não é a de um bucólico litoral inalterável. Estas comunidades e as novas casas individuais que as compõem vão sofrendo transfigurações ao longo das décadas. O uso de materiais de construção igualmente precários e não resistentes à agressão maríti-



9 - Esmoriz, destruição em 1941



10 - Bairro de Palheiros construído pelas autoridades marítimas, Esmoriz, 1943

ma conduzem a transfigurações, acima de tudo, relacionadas com tentativas de melhoria das condições de vida e de afirmação social. As novas casas, construídas de acordo com os padrões sociais e comportamentais aceitáveis no seu tempo, acumulam marcas de processos de identitários complexos e extensos no tempo.

Nos anos trinta o Estado Novo estabeleceu estreitas relações entre as instituições económicas e políticas, integradas num sistema corporativo nacional e base de atuação e defesa dos interesses, aparentemente sociais e transversais, de setores como a indústria, o comércio, a agricultura ou as pescas. Estes setores deviam, ao harmonizarem os interesses sociais, evitar os perigos do progresso económico e a desorientação das classes laboriosas. Desta forma são criadas instituições que integravam padrões e trabalhadores. Os Sindicatos, os Grémios, as Casas do Povo, as Casas dos Pescadores, entre outras, conformavam um sistema de corporações que compreendiam as atividades económicas, culturais e morais do país.³ Através de uma desmaterialização e desvalorização da ideia de classe, induzia-se um autorreconhecimento social dentro de uma hierarquia

laboral e política.⁴

No âmbito das participações estatais às obras de assistência, financiadas pelo Fundo de Desemprego (decreto n.º 21.699 de 30 Setembro de 1932), vão ser organizados de núcleos de apoio e assistência social que procuravam abranger todo o país e setores de atividade. Neste sentido incluem-se também "os melhoramentos urbanos" com vista à resolução do problema da habitação, o que determinou um conjunto diversificado de iniciativas,⁵ onde se destacam os programas das Casas Económicas, das Casas Desmontáveis, das Casas para Famílias Pobres, das Casas de Renda Económica, das Casas de Renda Limitada, o das Casas para Trabalhadores Rurais e das Casas de Pescadores.

Os bairros das Casas de Pescadores disseminam-se pelas zonas costeiras do território nacional entre 1933 e 1972. Esta intervenção do estado junto da classe dos pescadores, com forte coesão social e proatividade política, cumpria o seu programa corporativo de liquidação da luta de classes, através do controlo laboral, do rendimento do trabalho e da dignidade social. Foi com a Lei n.º 1953, de 11 de março de 1937, da Presidência do Conselho, que se estabeleceu

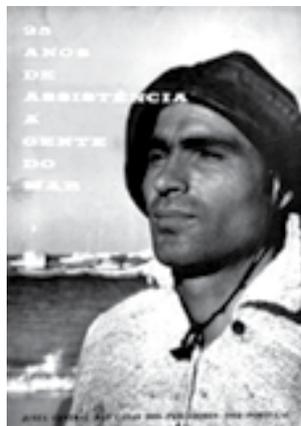
³ Ferreira, Nuno Estêvão Figueiredo Miranda, A Câmara Corporativa no Estado Novo: composição, funcionamento e influência, Doutoramento em Ciências sociais, Especialidade em Sociologia Política, pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2009.

⁴ Lucena, Manuel de, A evolução do sistema corporativo português, (1971), Lisboa, Perspectivas & Realidades, 1976.

⁵ Teixeira, Manuel C., "As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940", in *Análise Social*, vol. XXVII (115), 1992, p. 65-89.



11 - Distribuição geográfica dos bairros da JCCP



12 - PCCP, publicação comemorativa



13 - Implantação do Bairro da JCCP na Póvoa de Varzim, [2012]

o ponto de partida para a organização de núcleos de apoio social em todos os centros piscatórios, o que resultou no aparecimento das entidades de apoio social, denominadas Casas dos Pescadores dirigida pela Junta Central das Casas dos Pescadores. Para além da representação profissional da classe, como elemento basilar no funcionamento da organização corporativa, geriam igualmente a sua educação, instrução, previdência e assistência.

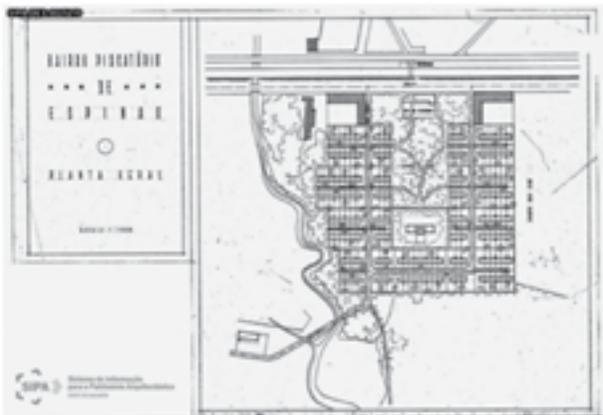
Com as Casas de Pescadores exercia-se uma política paternalista que, ao facultar casa e equipamentos de assistência social, definia o regime de acesso a estes bens essenciais, estimulando um corte radical com um passado associativo de forte poder reivindicativo. Sendo organismos de cooperação social, apresentavam uma composição mista, onde se associavam patrões, como protetores e contribuintes, aos empregados, de inscrição obrigatória para ambos, assim como para todos os trabalhadores do setor das pescas ou auxiliares de pesca, trabalhassem no mar ou não, à exceção dos voluntários.

Contudo, continuava a caber ao Grémio dos Armadores,

por diretiva Subsecretariado de Estado das Corporações, a definição da regulamentação e a gestão das condições de trabalho, assegurando o controlo total das relações entre pescadores e armadores. À Junta Central da Casa dos Pescadores, enquanto associação, cabia por em prática os anseios sociais do Estado Novo, com a edificação de diversos equipamentos de apoio às comunidades piscatórias,⁶ como Escolas de Pesca, Casas de Trabalho, Escolas de Mãe e Escolas Primárias, e ainda instalações para albergar Postos de Puericultura, Creches, internatos para ambos os sexos, Lares dos Pescadores e Asilos para idosos.⁷ Assim a Junta Central da Casa dos Pescadores cumpria funções de previdência e assistência (subsídios ou pensões, proteção e auxílio em parto, doença, incapacidade, velhice e morte, perda material, fome e frio, etc.), de educação elementar de adultos e crianças, de desporto, diversões e "cinema educativo", e ainda a instrução profissional das artes da pesca. A Casa dos Pescadores e a Junta Central assumiam um papel totalizador e ambivalente na vida quotidiana das comunidades e no desenrolar da atividade piscatória.

⁶ Junta Central da Casa dos Pescadores, Vinte e Cinco Anos de Assistência A Pescadores, JCCP, Lisboa, 1961.

⁷ Idem.



14 - Implantação do Bairro da JCCP em Espinho

Esta dualidade é ainda sublinhada pelo papel coercivo das capitânicas da sua área. As Casas dos Pescadores, apesar de possuírem personalidade jurídica, eram fundadas por iniciativa dos capitães dos portos, ou delegados marítimos, ou dos delegados do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, ficando o seu campo ação limitado à zona abrangida pela respetiva capitania ou delegação marítima. Nos locais onde não se justificasse a criação destes organismos, poderiam ser abertas “Secções” ou simples “Postos de Assistência”, dependentes da Casa dos Pescadores mais próxima. Também a sua direção ao ficar atribuída ao capitão do porto ou delegado marítimo, sempre um elemento da Armada, bem como a ausência estatutária da figura da assembleia-geral, ao contrário do que acontecia em outros organismos corporativos, inibia qualquer tentativa de autonomia dos pescadores.

É neste contexto social e político que a Junta Central da Casa dos Pescadores vai conduzir a edificação de Bairros de Pescadores. Nestes conjuntos habitacionais pode constatar-se a intenção de edificar estes bairros fora do perímetro inicialmente ocupado pelos pescadores junto da praia — ou seja, distanciados dos locais da atividade económica e dificultando o transporte de equipamentos de trabalho até

à habitação. Marcava-se, com esta decisão urbanística, uma rutura entre trabalho e casa, que se irá repercutir na vida da comunidade. Com a casa a abandonar o areal pretende-se um corte com a sua tradição popular?

A localização do Bairro de Pescadores de Póvoa de Varzim, ainda exemplifica demonstra este afastamento da frente marítima, estando atualmente circunscrito pela malha urbana. O mesmo pode ser constatado relativamente à inicial localização do Bairro da Pescadores de Espinho que, apenas devido ao recente e progressivo avanço do mar, se encontra de novo na proximidade da costa.

No Bairro de Espinho, erguido pela Junta Central da Casa de Pescadores, ao contrário da edificação na praia, em 1896, do Bairro da Rainha, a conceção de políticas urbanas e de habitação durante o período do Estado Novo excluiu qualquer tipo de preocupação com os anseios e identidade dos pescadores, por exemplo observados na organização do espaço da habitação e da sua contiguidade com o local de trabalho, ou da apropriação do espaço urbano.

No entanto, o urbanismo visto enquanto obra pública constituiu uma efetiva concretização das opções do governo de Salazar. A Lei de Reconstituição Económica permitiu no período entre 1935 e 1950 programar diversas infraestruturas necessárias, tais como estradas, estações, portos, escolas, hospitais, bairros sociais e estações de correio, que conduziram à necessária elaboração de planos de conjunto que acompanhassem a criação da imagem urbana pretendida pelo regime.⁸ Neste quadro, a opção urbanística de localização dos novos bairros de pescadores afastados do litoral, levanta várias questões e hipóteses. Estará esta localização relacionada com o custo do solo; ou com a necessidade de desocupar o litoral para outras obras, públicas ou de especulação imobiliária; ou com a preocupação de segregação e controlo do grupo social dos pescadores?

⁸ Lobo, Margarida Souza, Planos de Urbanização - A Época de Duarte.



15 - Comandante Tenreiro visita o antigo bairro piscatório da Caparica em 1938



16 - Bairro dos Pescadores de Sesimbra, anos cinquenta



17 - Ílhavo, finais do século XIX



18 - Bairro dos Pescadores da JCCP em Ílhavo na atualidade



19 - Palheiros em Espinho



20 - Bairro da JCCP em Espinho

Mas se a implantação dos novos bairros parece pretender apagar a ligação com anteriores hábitos, a conceção da nova casa oferece um campo de reflexão mais ambíguo. Apesar destas casas apresentarem alguma diversidade, aqui não tratada, obedecem a normativas espaciais comuns pensadas como parte de uma moral familiar que marca, inevitavelmente, mais um corte com situações anteriores. A par de uma melhoria das condições de vida — numa perspetiva progressista — existe uma ação concertada para disciplinar a vida dos pescadores, através de uma ideia de casa económica como instrumento ideológico que explora, abusivamente, a racionalidade construtiva e a organização funcional do espaço doméstico. Se a casa, por um lado propicia melhores condições sanitárias e prevê a separação de áreas funcionais, o que indica uma profunda modificação do tipo de habitação, por outro lado corta com os hábitos relacionados com a vida em comunidade, em aspetos como a preparação dos alimentos, a vizinhança e entreajuda, ou a comunhão nos momentos de lazer.

Contudo, a arquitetura destas casas e bairros na sua expressão formal exterior parece também recorrer a pontes com a tradição. Em especial nas primeiras fases de implementação destes novos bairros, com a adoção de volumes simples e baixos, marcados pelos vãos pequenos, mantém-se algumas linhas de continuidade com as construções populares das primeiras comunidades piscatórias. Trata-se uma arquitetura pobre e por isso remetida à sua essencialidade formal e económica? Como se relaciona o programa corporativo e a expressão propagandística do regime com as racionalidades construtivas da casa e a apropriação legitimadora da cultura popular?

Estas interrogações podem ajudar a clarificar a proximidade entre a cultura popular e a intervenção habitacional programada, durante o período Estado Novo, como dispositivo significativo de controlo social e político.

Origem das imagens:

- 1 - <http://deespinhoviva.blogspot.pt/2009/11/blog-post.html>
- 2 - 16 - 18 - Junta Central da Casa dos Pescadores publicação comemorativa.
- 3 - <http://caxinas-a-freguesia.blogs.sapo.pt/2011/05/?page=2>
- 4 - <http://fotos.sapo.pt/cachinare/fotos/?uid=ZwmKmYa1DFi5o7EdNoBu>
- 5 - 6 - http://www.prof2000.pt/users/eb23fespan/pg_agrup/Fotos_antigas_miniaturas.htm
- 7 - http://www.prof2000.pt/users/eb23fespan/pg_agrup/
- 8 - http://www.prof2000.pt/users/eb23fespan/pg_agrup/Fotos_antigas_miniaturas.htm
- 9 - 10 - 12 - 19 - Carlos M. Gaio, *Génese de Espinho: histórias e postais*, Campo das Letras, 1999.
- 13 - Googlemaps [2012]
- 14 - SIPA
- 15 - 17 - <http://digitarq.dgarq.gov.pt>

Bibliografia:

ANDRADE, Alice. *Palheiros da Tocha – Litoral Gandarês. Associação de Moradores da Praia da Tocha Praia da Tocha*, 2001

Ferreira, Nuno Estêvão Figueiredo Miranda, *A Câmara Corporativa no Estado Novo: composição, funcionamento e influência*, Doutoramento em Ciências sociais, Especialidade em Sociologia Política, pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2009.

Junta Central da Casa dos Pescadores, *Vinte e Cinco Anos de Assistência A Pescadores*, JCCP, Lisboa, 1961.

Lobo, Margarida Souza, *Planos de Urbanização - A Época de Duarte Pacheco*, Porto, FAUP, 1993.

Lucena, Manuel de, *A evolução do sistema corporativo português*, (1971), Lisboa, *Perspectivas & Realidades*, 1976.

PEREIRA, Alvaro. *Espinho – Monografia*. S. Maria D/lamas-portugal, 1970

SOUTO, Henrique. *Comunidades de Pesca Artesanal em Portugal*

Teixeira, Manuel C., "As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940", in *Análise Social*, vol. XXVII (115), 1992, p. 65-89.

